

Assessoria de Imprensa e Comunicação Social

**11 a 13
Nov
2017**

CLIP PING



TJ ES

Poder Judiciário • Tribunal de Justiça do Espírito Santo

POLÍTICA

tem regras
luguéis



ANNIBAL lançou o programa

Cursos a distância para juízes e servidores

O Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJ-ES) anunciou o projeto de Educação a Distância (EaD) da Escola da Magistratura do Espírito Santo (Emes). Voltado para magistrados e servidores do Tribunal, o programa visa capacitá-los profissionalmente, oferecendo cursos de baixo custo.

O lançamento do programa foi conduzido pelo desembargador Samuel Meira Brasil Júnior, diretor do Emes, e contou com a presença do presidente do TJ-ES, o desembargador Annibal de Rezende Lima, além de outros desembargadores.

O primeiro curso já está com inscrições abertas, sobre improbidade administrativa, no site do Tribunal de Justiça (www.tjes.jus.br/emes).

Além de magistrados e servidores da Corte, integrantes de entidades parceiras do Tribunal, a exemplo do Ministério Público Estadual (MP-ES), poderão se inscrever, mas para vagas remanescentes.

CRIME X TRABALHO

Funcionário que é preso pode continuar recebendo salário?

Pergunta tem diferentes respostas se detido trabalhar no serviço público ou no privado

▲ PEDRO PERMUY
pvarga@redgazeta.com.br

Acusado de mandar matar a ex-mulher, a médica Milena Gottardi, o policial civil Hilário Frasson continua recebendo quase R\$ 5 mil de salário e gratificação, como consta no Portal da Transparência do Governo do Espírito Santo. Ele está preso desde o dia 21 de setembro. O fato levantou uma questão: quem é preso continua recebendo salário? Pode ser demitido?

As perguntas têm diferentes respostas se o acusado for servidor público, efetivo ou em cargo comissionado, e empregado da iniciativa privada.

Em relação a funcionários públicos, há duas situações. Por meio de nota, a Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos (Seger) explica que o Supremo Tribunal Federal (STF) e o Superior Tribunal de Justiça (STJ), com base em casos anteriores, estabeleceram que o servidor efetivo afastado provisoriamente das funções por responder a processo penal não pode ter o salário reduzido ou suspenso. Segundo a Seger, a



O policial Hilário Frasson está preso, acusado de mandar matar a ex-mulher, mas recebe salário de R\$ 5 mil

perda da remuneração ou do cargo público antes da sentença de condenação só poderá acontecer por determinação judicial. "Caso ocorra a condenação por sentença definitiva, o servidor efetivo terá a remuneração suspensa de forma imediata", completa.

Já no caso de prisão de servidores exclusivamente comissionados ou con-

Demissão até antes de julgamento

▲ A advogada trabalhista Alessandra Albuquerque diz que, se o trabalho do cidadão que está preso estiver correlacionado com o motivo da detenção, o funcionário pode ser

demitido. "Se ele é professor de educação infantil, por exemplo, e for penalizado por estupro de vulnerável, pode-se considerar a demissão mesmo que no período da prisão."

tratados temporariamente, a Seger informa que a exoneração ou rescisão do contrato são imediatas. Também cabe instauração de Processo Administrativo Disciplinar (PAD), para que ocorra a destituição da função e declaração de incompatibilidade para trabalho em cargo ou função pública, caso o ato ilícito tenha ocorrido contra a administração pública,

independente de tramitação de processo criminal.

INICIATIVA PRIVADA

Quando o empregado de uma empresa privada é preso, o pagamento de salário é suspenso, porque não houve a prestação de serviço. É o que explica Sidley Gabriel da Silva, diretor-executivo financeiro da Associação Brasileira de Recursos Humanos (ABRH).

"A empresa, na prática, faz uma suspensão do contrato de trabalho até que haja retorno oficial sobre a situação do trabalhador", explica.

Mas a advogada trabalhista Alessandra Albuquerque faz uma ponderação: durante o período em que estiver preso ou detido o profissional não pode, por lei, ser demitido. "Se for condenado e não houver mais possibilidade de recurso, aí sim o empregado pode ser demitido por justa causa", diz a advogada.

A especialista explica que existem casos excepcionais, mas que não necessariamente são aceitos pela Justiça. "Algumas doutrinas entendem que, se a pessoa está detida por uma infração penal que não tem nenhuma relação com o trabalho que ela exerce, será mantida a regra geral, que é não demitir", diz.

FERNANDO MADEIRA - 21/09/2017

Quem é preso pode continuar recebendo salário igual ao Hilário?

O Gazeta Online procurou responder a essa pergunta e esclarecer como acontecem os trâmites no setor público e na iniciativa privada

Acusado pela polícia de mandar matar a ex-esposa Milena Gottardi, Hilário Frasson continua recebendo quase R\$ 5 mil de salário e gratificação, como consta no Portal da Transparência do Governo do Espírito Santo. O policial está preso desde o dia 21 de setembro. O fato levantou uma questão: quem é preso continua recebendo salário? Pode ser demitido?

O Gazeta Online procurou as respostas com a Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos (SeGer), e com a advogada trabalhista Alessandra Albuquerque, sobre como funcionam as regras no setor público e na iniciativa privada.

SETOR PÚBLICO

Em relação a funcionários públicos, há duas situações. Por meio de nota, a SeGer explica que o Supremo Tribunal Federal (STF) e o Superior Tribunal de Justiça (STJ), com base em casos anteriores, estabeleceram que o servidor efetivo afastado provisoriamente das funções por responder a processo penal não pode ter o salário reduzido ou suspenso. Segundo a pasta, a perda da remuneração ou do cargo público antes da sentença de condenação só poderão acontecer por determinação judicial. “Caso ocorra a condenação por sentença definitiva, o servidor efetivo terá a remuneração suspensa de forma imediata”, completa.

Já no caso de prisão de servidores exclusivamente comissionados ou contratados temporariamente, a SeGer informa que a exoneração ou rescisão do contrato são imediatas. Também cabe instauração de Processo Administrativo Disciplinar (PAD), para que ocorra a destituição da função e declaração de incompatibilidade para trabalho em cargo ou função pública, caso o ato ilícito tenha ocorrido contra a administração pública, independente de tramitação de processo criminal.

INICIATIVA PRIVADA

Quando o empregado de uma empresa privada é preso, o pagamento de salário é suspenso, porque não houve a prestação de serviço. É o que explica Sidcley Gabriel da Silva, diretor-executivo financeiro da Associação Brasileira de Recursos Humanos (ABRH). “A empresa, na prática, faz uma suspensão do contrato de trabalho até que haja retorno oficial sobre a situação do trabalhador”, explica.

Mas a advogada trabalhista Alessandra Albuquerque faz uma ponderação: durante o período em que estiver preso ou detido o profissional não pode, por lei, ser demitido. “Se for condenado e não houver mais possibilidade de recurso, aí sim o empregado pode ser demitido por justa causa”, diz a advogada.

A especialista explica que existem casos excepcionais, mas que não necessariamente são aceitos pela Justiça. “Algumas doutrinas entendem que, se a pessoa está detida por uma infração penal que não tem nenhuma relação com o trabalho que ela exerce, será mantida a regra geral, que é não demitir”, diz.

Por outro lado, Alessandra diz que essa mesma doutrina acredita que, se o trabalho do cidadão estiver correlacionado com o motivo da detenção, a decisão pode ser alterada. “Se ele é professor de educação infantil, por exemplo, e for penalizado por estupro de vulnerável, pode-se considerar a demissão mesmo que no período da prisão”, afirma.

MIMOSO DO SUL

Ex-vereador vai a júri popular

José Astolpho é acusado de mandar matar empresário por causa de dívida

A família do empresário Sebastião Carlos de Oliveira Filho, assassinado na porta de casa, em Mimoso do Sul em 2008, aguarda na segunda-feira um desfecho do crime. O caso vai a júri popular. José Jardel Astolpho, que era vereador no município e cunhado da vítima, é

apontado pelo Ministério Público do Estado do Espírito Santo (MPES) como o mandante do assassinato.

O crime aconteceu no dia 16 de julho de 2008 e foi supostamente motivado por uma dívida de R\$ 260 mil envolvendo a prefeitura e o posto de gasolina, negócio em que vítima e acusado eram sócios. Antes de ser assassinado, Sebastião Carlos desfez a sociedade e abriu uma marmoraria. Porém, estaria fazendo cons-



ARQUIVO PESSOAL
Sebastião com a filha, Myrella, em 2008

ALÍVIO

“Foram nove anos muito difíceis para nossa família. Este momento está sendo de alívio. Queremos mostrar quem tirou a vida de meu pai”

MYRELLA SALVADOR PERCIANO
FILHA DA VÍTIMA

tantes cobranças ao vereador, que já teria recebido o pagamento e não havia repassado sua parte.

Um policial militar e um civil teriam arquitetado o crime e os executores, Jocimar Marques e Marcos Henrique Muniz Coutinho, foram julgados e condenados a 19 anos de prisão. Após a condenação, Marcos confessou que José Jardel Astolpho foi o mandante do crime.

“Em 2010, ele perma-

neceu preso por 30 dias. Hoje, está em liberdade provisória, morando em Mimoso do Sul”, afirmou o advogado da família da vítima, Nelson Moreira Júnior. O júri será no dia 13 de novembro, a partir das 9 horas, em Vila Velha.

Para Myrella Salvador Perciano, filha da vítima, a data é um momento de Justiça. Ela tinha apenas 10 anos na época do crime. A reportagem entrou em contato com os advogados de defesa de José Jardel Astolpho, que até o fechamento da matéria, não obteve retorno. (Beatriz Caliman)

Vereador acusado de mandar matar empresário vai a júri popular

José Jardel Astolpho é acusado de mandar matar o cunhado, o empresário Sebastião Carlos de Oliveira Filho, em Mimoso do Sul

A família do empresário Sebastião Carlos de Oliveira Filho, assassinado em 2008 na porta de casa, em Mimoso do Sul, aguarda pelo desfecho do crime que deve ocorrer na próxima segunda-feira (13). O caso vai à júri popular. José Jardel Astolpho, que era vereador no município e cunhado da vítima, é apontado pelo Ministério Público do Estado do Espírito Santo (MPES) como mandante do assassinato.

O crime aconteceu no dia 16 de julho de 2008 e foi supostamente motivado por uma dívida de R\$ 260 mil envolvendo a prefeitura e o posto de gasolina, negócio em que vítima e acusado eram sócios. Antes de ser assassinado, Sebastião Carlos desfez a sociedade e abriu uma marmoraria. Porém, estaria fazendo constantes cobranças ao vereador, que já teria recebido o pagamento e não havia repassado sua parte.

Um policial militar e um civil teriam arquitetado o crime e os executores, Jocimar Marques e Marcos Henrique Muniz Coutinho, foram julgados e condenados a 19 anos de prisão. Após a condenação, Marcos confessou que José Jardel Astolpho foi o mandante do crime.

“Em 2010, ele permaneceu preso por 30 dias. Hoje, está em liberdade provisória, morando em Mimoso do Sul. Esperamos que segunda ele que seja condenado. As provas estão robustas e claras. Vamos pedir pela prisão imediata, que saia preso de lá”, afirmou o advogado da família da vítima, Nelson Moreira Júnior.

O júri será no dia 13 de novembro, a partir das 9 horas, em Vila Velha. A Justiça acatou o pedido do MPES, que solicitou transferência do júri. Segundo o órgão, foi necessário diante de denúncias de ameaças praticadas pelo vereador contra testemunhas e jurados.

FAMÍLIA ESPERA POR JUSTIÇA

Vi meu herói morrer. Isso me marcou para o resto da vida
Myrella, filha de Sebastião

No dia 16 de julho de 2008, por volta das 6h30, Sebastião Carlos de Oliveira Filho estava no portão de casa, no Centro de Mimoso do Sul. Ele havia acabado de entrar no carro quando recebeu seis tiros e morreu no local.

Dois homens estavam em um carro ao lado da casa do empresário. Um deles fez os disparos e os dois fugiram em seguida. A mulher da vítima, Hélia Salvador e a filha Myrella Salvador Perciano de Oliveira, que na época tinha apenas 10 anos, estavam em casa quando o crime aconteceu. Cenas que a família jamais vai esquecer.

“Estava no quarto. Ouvi todo o barulho e vi meu pai morrendo. Vi meu herói morrer. Isso me marcou para o resto da vida, pois era muito apegada a ele. Minha irmã mora em Vitória e eu continuo aqui, morando na mesma casa. As pessoas dizem que vivo muito no passado, mas é muito triste. Ele me faz muita falta”, diz Myrella Salvador Perciano.

Para ela, a data é um momento de Justiça. “Foram 9 anos muito difíceis para nossa família. Este momento está sendo de alívio, pois o júri foi marcado outras vezes e era adiado. Queremos mostrar quem tirou a vida de meu pai. Sei que se for preso ou não, não vai trazê-lo de volta, mas queremos Justiça”, diz emocionada a filha mais nova de Sebastião, Myrella Salvador Perciano.

A reportagem entrou em contato com os advogados de defesa de José Jardel Astolpho, mas, até a publicação da matéria, não obteve retorno.

PAÍS EM CRISE

CLIMA QUENTE

Associações de juízes criticam projetos; Ajufe vê retaliação

Entidades defendem ganhos de magistrados e pedem cautela no enquadramento do teto

▲ **RONDINELLI TOMAZELLI**
rtomazelli@redgazeta.com.br

Associações de juízes estaduais e federais ouvidas pela reportagem criticam os projetos que atingem os ganhos de seus associados. Presidente da Associação de Juízes Federais (Ajufe), Roberto Veloso avalia que a iniciativa está parcialmente contaminada por parlamentares investigados na Lava Jato e interessados em dar algum troco no Judiciário. Os resultados da operação, tocada pela Justiça Federal em vários Estados, fílgaram figurões de toda parte.

"Pedi aos parlamentares que avaliassem muito bem

o que estavam fazendo naquela comissão, para que não representasse uma retaliação ao Judiciário pelo enfrentamento da corrupção que está acontecendo, principalmente, na Justiça Federal", frisa Veloso, acrescentando: "Pedi que o trabalho da comissão fosse voltado para coibir abusos, mas não para reduzir vencimentos da magistratura e nem retirar direitos garantidos há muitos anos".

Essa discussão também se dá em meio a muita pressão de servidores federais de categorias influentes, interessados em furar o teto constitucional. Também há resistência dos juízes, que fazem de tudo para manter os "penduricalhos" e as férias de 60 dias. Já aprovado pelo Senado, um dos projetos priorita-



Turíbio: juiz merece ter férias de 60 dias por ano

rios da Câmara enquadra num só teto de R\$ 33,7 mil a soma dos rendimentos de outro cargo, emprego, aposentadoria, pensão ou outra combinação entre essas espécies de receitas,

mesmo originadas de fontes pagadoras diferentes.

Apensado a outros projetos e passível de mudança, o texto estabelece como exceções ao teto pagamentos que se referem a vencimen-

tos de caráter indenizatório ao agente público, mas não se sabe se o entendimento da Câmara será este. No entanto, o presidente da Associação dos Magistrados do Espírito Santo, Ezequiel Turíbio, avalia que o debate tem que ser feito com razoabilidade para definir o que fica dentro ou fora do teto.

"As férias de 60 dias são questionadas há 30 anos, mas há a necessidade de compreender o mecanismo de funcionamento do Judiciário. O juiz não tem horário de trabalho, trabalha da manhã à noite, até no domingo dando liminar urgente. A compensação é o descanso de 60 dias, que não é dado de forma graciosa, e às vezes o juiz nem pode gozar das férias porque não tem juiz substituído", argumenta Turíbio.

ANÁLISE

"Há casos justos e há privilégios"

▲ Não é possível que não se regule de uma vez por todas os supersalários, mas é final de ano legislativo e o tema mexe com corporações influentes. Vejo reivindicações justas e outras que se aferram a privilégios. Essa questão é controversa, abordada de forma passional. Há casos em que as remunerações são independentes, não posso jogar tudo no mesmo teto: a pessoa tinha um cargo, se aposentou e vai para outro cargo. Há situações a tirar da contabilidade do abatimento. Por outro lado, há exageros inaceitáveis, como o auxílio-moradia de magistrados e procuradores. Ora, quando aceita ser juiz, a pessoa assume condição vitalícia, se muda para a cidade!

— **ROBERTO PISCITELLI**
ECONOMISTA, PROFESSOR DA UNB

Caso Thayná: suspeito de sequestro é preso no Rio Grande do Sul

De acordo com informações da Polícia do estado do sul do país, Ademir Lúcio foi preso na noite deste domingo (12)

O acusado de sequestrar a jovem Thayná Andressa de Jesus, de 12 anos, foi preso na noite deste domingo (12). Ademir Lúcio de Araújo Ferreira, de 55 anos, foi encontrado sozinho em uma praça pública, localizada no Centro de Porto Alegre.

De acordo com a Polícia Civil do Rio Grande do Sul, Ademir será encaminhado ainda nesta segunda-feira (13) para Vitória. O suspeito foi levado para a 2ª delegacia de Polícia de Pronto-Atendimento da Polícia Civil, localizada em Porto Alegre.

O secretário de Segurança Pública do Espírito Santo, André Garcia, também confirmou a prisão do suspeito em uma rede social. De acordo com o secretário, policiais civis do Estado participaram da ação no Rio Grande do Sul, auxiliando as buscas para captura de Ademir.

A mãe de Thayná, Clemilda Aparecida, foi informada na manhã desta segunda-feira (13) da prisão do suspeito.

DNA

Nesta segunda-feira (13), a mãe da jovem deve ir ao Departamento Médico Legal (DML) para colher amostras de DNA e olhar um vestido que estava junto com uma ossada encontrada na última sexta-feira (10), em Viana.

O exame de DNA deve confirmar se essa ossada é da menina Thayná. O resultado deve sair em 30 dias. A estudante está desaparecida há 28 dias. De acordo com o delegado José Lopes, o padastro da menina reconheceu a roupa encontrada pela polícia na última sexta-feira. Mesmo assim, a mãe de Thayná vai hoje ao DML para fazer o reconhecimento e colher amostras de DNA.

Ossada

Após a ossada de uma criança ser encontrada nas proximidades de uma lagoa, localizada na região conhecida como Parque Industrial, em Viana, a perícia da Polícia Civil vai analisar se pertence à menina Thayná Andressa de Jesus, de 12 anos. Policiais civis e homens do corpo de bombeiros estavam no local desde as 6 horas desta sexta-feira (10) fazendo buscas para encontrar o corpo.

“Recebemos a informação que o homem [suspeito de sequestrar Thayná] usava essa área para cometer os crimes dele. Era o local onde ele levava as crianças para serem abusadas”, afirmou o delegado José Lopes, responsável pelo caso.

A ossada foi encontrada em uma região de brejo e estava espalhada. O delegado disse também que é provável que o corpo tenha sido queimado, pois houve registro de fogo na região. “Fizemos um pente fino no local e batemos todas as possibilidades. Recolhemos o material, mas os peritos que vão dizer se é da menina Thayná”, disse.

Ainda segundo o delegado, se o corpo for mesmo da jovem, ela teria sido morta logo quando desapareceu. Ele informou também que o inquérito segue em sigilo e a investigação ainda não terminou. Além disso, o suspeito do desaparecimento da menina ainda não foi localizado. “Estamos trabalhando para tentar prender esse monstro”, destacou Lopes.

Desaparecimento

Thayná está desaparecida desde o dia 17 de outubro, quando voltava do supermercado e entrou no carro conduzido por um homem. O suspeito do sequestro foi identificado como Ademir Lúcio Ferreira Araújo. O veículo foi encontrado em Guarapari, na tarde de segunda-feira (06). Ele estava com um vendedor de queijos, que disse tê-lo comprado por R\$ 5 mil em Cobilândia, próximo à feira do bairro, em Vila Velha.

Câmeras

Câmeras de segurança de um supermercado mostraram o momento em que a menina entrou no local sozinha. As imagens, no entanto, não teriam flagrado a saída da estudante. Dias depois a polícia divulgou a foto do suspeito e as imagens de videomonitoramento que registraram quando a adolescente entrou em um carro.

De acordo com a polícia, Ademir tem passagem pela justiça por homicídio, roubo e estelionato. O suspeito estava preso e saiu em liberdade em dezembro do ano passado. O delegado José Lopes, responsável pelo caso, contou ainda que ele é suspeito também de envolvimento em um crime de abuso sexual.

Protestos

Revoltados com a demora para encontrar a menina, familiares e amigos da jovem realizaram protestos na Grande Vitória. O primeiro aconteceu no último dia 24 e eles interditaram um trecho da BR-101, em Viana. O último aconteceu na segunda-feira (6) no Centro de Vitória, onde pediram mais rapidez na solução do caso.

Além disso, alguns deles, junto com a mãe de Thayná, participaram de uma reunião, no Palácio Anchieta, com o vice-governador do Estado e com os secretários de Justiça e de Direitos Humanos. O encontro durou quase uma hora e aconteceu a portas fechadas.

Vestido encontrado pela polícia é da Thayná, diz padrasto

A polícia encontrou a peça de roupa perto de uma ossada em uma lagoa de Viana, na manhã desta sexta-feira (10)

O padrasto da menina Thayná – sequestrada no dia 17 de outubro, em Viana – reconheceu que a roupa encontrada pela polícia na manhã desta sexta-feira (10) é da enteada. A informação foi divulgada pelo delegado responsável pelo caso, José Lopes, da Divisão de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP).

A mãe da Thayná, Clemilda Aparecida de Jesus, de 39 anos, ficou muito abalada quando o esposo reconheceu a roupa no DML de Vitória e nem conseguiu olhar a peça. Quando ouviu o companheiro confirmar que era o vestido da menina, Clemilda passou mal, chorou muito e saiu do departamento.

“A mãe pediu para ver a ossada, eu expliquei para ela como estava a situação, mas mesmo assim ela quis ver. Então fomos eu, o padrasto e a mãe. Clemilda entrou, olhou a primeira veste e disse que não era da filha. Na outra mesa tinha outras vestes. Quando o padrasto foi para outra mesa, ele olhou, parou e disse: ‘É’. Com isso, Clemilda passou mal. Ela não chegou a ver o vestido. É difícil, é pesado, DML é complicado. Ela caiu no chão gritando e chorando”, afirmou José Lopes.

Segundo o delegado, a peça de roupa encontrada é muito semelhante com a que Thayná usava no dia do sequestro. No entanto, mesmo com o padrasto reconhecendo que o vestido era da menina, somente o teste de DNA pode confirmar oficialmente se a ossada encontrada é da Thayná. A previsão inicial é que o exame fique pronto em 30 dias. O delegado José Lopes prometeu empenho da equipe para fazer com que esse prazo seja reduzido.

O VÍDEO DO SEQUESTRO

Em 17 de outubro, dia em que Thayná, de 12 anos, desapareceu no bairro Universal, em Viana, a mãe Clemilda Aparecida de Jesus, de 39 anos, procurou a polícia. Os dias seguintes foram uma via crucis. Foram idas aos comércios do bairro, conversas com moradores, tudo para levantar informações que pudessem ser usadas para ajudar na busca pela menina.

Até na casa do suspeito de ter raptado a filha dela, Clemilda foi. Tudo feito, segundo a costureira, sem a ajuda da polícia. O que conseguiu, entregou para a investigação. “Entreguei o vídeo dela entrando no carro e falei: “Agora vocês acreditam que minha filha não fugiu? Só assim o caso passou a ser tratado como sequestro”, desabafa.

Uma pessoa não pode chegar para você e dizer: “Mãe, calma. Sua filha fugiu com o namorado”. A gente conhece o filho da gente só de amamentar, se vai ser guloso ou não. Calmo ou levado. Conheço minha filha. Se eu tivesse alguns zeros a mais na conta, tudo isso seria diferente. Quando disseram que ela podia ter fugido, a primeira coisa que procurei foi uma boneca de pano que ela tem desde os quatro anos e não larga por nada.

Sobre as críticas de que a mãe da garota correu atrás de provas sem ajuda da polícia, o secretário de Estado da Segurança Pública, André Garcia, afirmou que a investigação já acontecia de forma silenciosa e que não havia distinção do Estado entre vítimas por classe social. Para o secretário, a Delegacia de Pessoas Desaparecidas (DPD) agiu de forma correta.

“Não vou me abater com a crítica de uma mãe que está com a filha desaparecida. Acho que o desespero é tão grande que tudo se justifica. No lugar dela, como pai, faria o mesmo. O fato dela ter ido atrás das imagens, não significa que a polícia não estivesse trabalhando”, afirmou o secretário.

OPERAÇÃO EM VIANA

As ossadas de uma criança do sexo feminino e restos de roupas foram encontrados em um brejo, próximo

a uma lagoa de Viana, na localidade de Areinha. As buscas foram realizadas por policiais do Grupo de Operações Táticas (GOT) da Polícia Civil e de militares do Corpo de Bombeiros.

Segundo o delegado, a polícia recebeu a informação de que Ademir Lúcio Araújo Ferreira, de 52 anos, acusado de sequestrar a menina Thayná, usava essa área para cometer os crimes contra as vítimas dele. “Fizemos um pente-fino na região com buscas na lagoa e no entorno e não localizamos nada. Por volta das 9h50 tivemos êxito em achar uma ossada de uma menina”, ressaltou o delegado.

O delegado garantiu que vai pedir prioridade para que a identificação do corpo aconteça logo. O prazo protocolar é de no máximo 30 dias. A polícia já recebeu mais de 20 denúncias do caso por meio do 181. Ademir é considerado foragido.

O delegado José Lopes também afirmou que o matagal próximo ao brejo onde a ossada foi encontrada estava queimado, fato que ocorreu no dia 31 de outubro. Mesmo dia em que a polícia divulgou o caso Thayná, às 11 horas, apontando Ademir como suspeito do desaparecimento da menina.

SEQUESTRADOR CONTINUA FORAGIDO

Ademir Lúcio Araújo Ferreira, 52 anos, já cumpriu pena por homicídio e saiu da cadeia em dezembro do ano passado. Ele também é acusado de estupro de uma menina de 11 anos e tem passagens policiais por roubo e estelionato. Ele é foragido da Justiça. Qualquer informação sobre o paradeiro dele pode ser repassada pelo Disque-Denúncia 181. A ligação é gratuita e o sigilo garantido.

CARRO USADO NO SEQUESTRO É ENCONTRADO EM GUARAPARI

O carro usado pelo sequestrador de Thayná foi encontrado pela polícia no dia 6 de novembro, em Guarapari. O Gol de cor prata estava em uma oficina mecânica, com o motor batido. Segundo o titular da Divisão de Homicídio e Proteção à Pessoa (DHPP) e da Delegacia de Pessoas Desaparecidas, José Lopes, cerca de 10 dias depois do sequestro de Thayná, Ademir vendeu o carro para um queijeiro.

A transação ocorreu no dia 28 de outubro, em Cobilândia, Vila Velha. O comprador informou à polícia que negociou a compra do veículo por R\$ 5 mil, pagou R\$ 2 mil na hora e combinou com Ademir que acertaria o restante depois. A Polícia Civil acredita que ele tenha feito a compra de “boa fé”, e não teria ligação com o sumiço da Thayná.

ESTUPRO DE CRIANÇA ANTES DE SEQUESTRAR THAYNÁ

Ademir agiu de modo parecido para estuprar uma criança de 11 anos. O caso aconteceu três dias antes do desaparecimento de Thayná. Ademir Lúcio Araújo Ferreira, 52, utilizou o mesmo carro, um Gol Prata, e abordou a vítima também no mesmo bairro de Viana, região da Grande Vitória.

A menina de 11 anos tinha saído para ir ao supermercado a pedido da família e o suspeito, na rua, ofereceu uma carona, mas logo depois desviou o caminho.

De acordo com o delegado Lorenzo Pazolini, titular da Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente, o acusado levou a vítima para um galpão em construção.

“Ela foi estuprada. Nós temos a confirmação, nós temos laudo do DML, temos também o reconhecimento de testemunhas. Então não temos dúvida nenhuma da autoria (do crime) porque ele foi reconhecido pela vítima, foi reconhecido por testemunhas presenciais. Ele levou a menina para um local ermo, um local onde está sendo construído um galpão no município de Viana. Aí ele estacionou o carro em um local onde tem uma grande depósito de material e esse depósito forma monte. Atrás desse monte, ele estacionou o veículo - era uma área oculta do restante do terreno”, relata o delegado.

A menina foi abandonada no meio da rua depois do crime e precisou ser hospitalizada. Ela já recebeu alta, segundo o delegado.

‘Ademir deve chegar ao Estado ainda hoje’, diz André Garcia

Equipe de policiais civis do Estado estavam em Porto Alegre desde a semana passada atrás do sequestrador de Thayná

O secretário de Segurança Pública do Espírito Santo, André Garcia, afirmou na manhã desta segunda-feira (13), em entrevista à Rádio CBN Vitória, que Ademir Lúcio Araújo Ferreira, 55, o suspeito de sequestrar e matar a menina Thayná de Jesus, 12, deve chegar ao Estado ainda hoje. Garcia também contou alguns detalhes da prisão.

Segundo André Garcia, Ademir foi preso perto de uma pensão e estava sendo monitorado por uma equipe da Polícia Civil do Espírito Santo. “Desde a semana passada a equipe estava no Rio Grande do Sul. A gente tinha uma área onde ele estaria circulando em Porto Alegre. Ele já morou na cidade e respondeu a crimes no Rio Grande do Sul”, disse.

O local da prisão fica próximo à Rodoviária de Porto Alegre, de acordo com o tenente coronel Amorim da 9ª Brigada Militar do Rio Grande do Sul. “Estávamos com quatro policiais militares no local, no momento da prisão e havia viaturas estrategicamente presentes na região. Agimos de uma forma que não chamasse a atenção do delinquente”, segundo o coronel também em entrevista à Rádio CBN Vitória.

De acordo com informações do secretário, Ademir estava circulando pela cidade. “Fomos a vários locais. Fizemos uma varredura em vários albergues na região que a polícia mapeou. No entorno de um desses albergues, ele foi preso. Ele estava se deslocando do hotel de bicicleta.”

Questionado se a polícia teve a ajuda da sociedade, Garcia contou: “Tivemos algumas informações que nos levaram a caminhos corretos, mas também tivemos boatarias e informações falsas.”

Além de uma equipe da Divisão de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP), policiais de outras unidades, como a Delegacia de Repressão aos Crimes Eletrônicos (DRCE), estiveram envolvidos nas buscas e investigações. “As equipes fizeram monitoramento também das redes sociais, neste caso, com ajuda de policiais da Crimes Eletrônicos.”

O secretário declarou também que um fator complicador nesse caso foi o fato de o criminoso ter fugido para outro Estado.

Sobre a ossada encontrada em uma lagoa na cidade de Viana na última sexta-feira (10), Garcia disse que tudo indica que seja da menina. “Mas não posso afirmar que a ossada é dela.”

MÃE DE THAYNÁ FOI À DELEGACIA

Clemilda Aparecida de Jesus, 39, mãe de Thayná, foi à Polícia Civil nesta segunda-feira (13) para rever as vestes encontradas junto à ossada de uma menina, na última sexta-feira (10), no bairro Areinha, em Viana.

A instituição também programou uma coleta de DNA de Clemilda para comparação com o material cadavérico. “Não gosto de me antecipar e ser leviano, mas tudo indica que a ossada seja dela. Por enquanto não é possível afirmar”, afirma André Garcia.

Golpistas que se passavam por fiscais do lema são condenados

O trio usava um veículo plotado com emblemas do Poder Executivo, uniformes e um bloco de multas para extorquir donos de propriedades rurais

Três golpistas foram condenados após se passarem por fiscais do Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recurso Hídricos (Iema) para extorquir dois produtores rurais em Colatina, região Noroeste do Estado.

Vinicius Pires Moraes, 33 anos; Lourival Souza Lemos, 50 anos; Eliamar Vituriano da Silva, 34 anos, utilizavam um carro com adesivos de emblemas do Poder Executivo, uniformes e, ainda, um bloco de multas do instituto. Eles cobravam propina de R\$ 6 mil a produtores rurais em troca de “perdão” de multas por irregularidades que não existiam. Um deles, inclusive, já foi ex-servidor do instituto.

Segundo a sentença do juiz Marcelo Feres Bressan, da 3ª Vara Criminal de Colatina, os réus Lourival Souza Lemos e Elimar Vituriano da Silva, que participaram da extorsão de duas vítimas, foram condenados a 12 anos de reclusão e 100 dias-multa e regime inicial fechado.

Já Vinicius Pires Moraes que teria participado apenas de uma das extorsões praticadas, foi condenado a cinco anos e quatro meses de reclusão, em regime inicial semiaberto.

O trio já estava no Centro de Detenção Provisória de Colatina e continuam à disposição da Justiça.

Operação Varredura: MP denuncia 11 pessoas por fraudes em licitações

Eles são acusados pela prática de crimes como fraude em licitação, organização criminosa, falsidade ideológica e peculato

O Ministério Público do Estado do Espírito Santo (MPES) ofereceu nova denúncia relacionada à Operação Varredura, que investiga fraudes em licitações e processos na contratação de empresas do setor de coleta e tratamento de lixo em municípios do Norte e Noroeste do Espírito Santo.

Ao todo, 11 pessoas foram acusadas pela prática de crimes como fraude em licitação, organização criminosa, falsidade ideológica e peculato.

Entre os denunciados está o sócio-administrador da empresa RT Empreendimentos e Serviços Ltda., Richelmi Neitzel Milke, e mais dez pessoas, incluindo um secretário, um procurador municipal e outros cinco servidores do município de Ponto Belo.

Segundo a denúncia, os outros envolvidos são:

- Os empresários Edson Antônio Almeida e Luiz Otávio Almeida, sócios da empresa Qualitar Limpeza e Soluções Ambientais LTDA EPP
- Tiago Guimarães Teixeira, representante das empresas RT Empreendimentos e Serviços Ltda e Qualitar Limpeza e Soluções Ambientais LTDA EPP
- Claudiele Pereira da Penha, secretário municipal de Infraestrutura e Transporte e Meio Ambiente
- Cassio Canuto de Melo, funcionário público e pregoeiro
- Jackson José Kretli, procurador municipal
- Aleson Batista de Souza, coordenador de convênio e membro de comissão de licitação
- Emídio Ferreira de Souza, técnico contábil
- Silmar Queiroz Silva e Ronaldo Souza Reis, servidores públicos e membros da comissão de licitação

INVESTIGAÇÕES

As investigações e provas colhidas revelaram que o empresário Richelmi NeitzelMilke participou das fraudes em diversos processos licitatórios e contratações diretas no Norte e Noroeste do Estado, utilizando empresas que integravam o mesmo grupo criminoso com a ajuda de servidores públicos.

Diante dos fatos, o MPES requereu a condenação dos acusados nos crimes citados e a prisão preventiva de Richelmi e outros dois denunciados. Além disso, pediu para que os cinco servidores públicos envolvidos sejam suspensos da função e tenham os vencimentos reduzidos em 60% durante o tempo em que durar o processo.

AS FASES DA OPERAÇÃO

A primeira fase da Operação Varredura foi deflagrada pelo MPES, no dia 29 de agosto, por meio do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco-Norte) e da Promotoria de Justiça Criminal de São Mateus, com participação e apoio do Núcleo de Inteligência da Assessoria Militar do MPES, nos municípios de São Mateus, Jaguaré, São Gabriel da Palha e Vila Velha. Foram cumpridos 12 mandados de buscas e apreensões e três de conduções coercitivas, deferidos pelo Juízo da 3ª Vara Criminal da Comarca de São Mateus.

O objetivo foi apreender documentos, computadores, mídias e outros equipamentos e materiais para apurar a prática, em tese, de crimes de corrupção ativa e passiva, peculato, formação de quadrilha, fraude a licitação, tráfico de influência, dentre outros.

A segunda fase da Operação, foi deflagrada no dia 31 de agosto, nos municípios de Ponto Belo, São Gabriel da Palha e Baixo Guandu. Foram cumpridos cinco mandados de buscas e apreensões, cinco mandados de conduções coercitivas e dois mandados de prisão preventivos. O empresário Richelmi, dono da empresa RT Empreendimentos e Serviços Ltda, foi preso em São Gabriel da Palha. Também foram apreendidos documentos, computadores, mídias e outros equipamentos e materiais.

Depois da deflagração da operação, o MPES informou que vários advogados e testemunhas têm procurado o órgão para denunciar novos fatos e contribuir para as investigações da operação que deve se estender para outros municípios.

Justiça do ES mantém sentença que condena loja a pagar R\$ 40 mil a cliente

Moradora de Vitória contratou a empresa para construir um telhado colonial na casa dela e, após dois anos, não recebeu a obra concluída.

A 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJ-ES) confirmou a sentença que condenou uma loja de material de construção a indenizar em R\$ 40 mil uma moradora de Vitória que a contratou para construir um telhado colonial em sua casa e, após dois anos, não recebeu a obra concluída.

A sentença condenou a empresa a pagar indenização de R\$ 30 mil em danos materiais e R\$ 10 mil em danos morais.

Segundo o processo, o atraso comprometeu a estrutura da casa devido à chuva, vento e sol, além de ter danificado todos os móveis que estavam na casa, tendo a autora que pagar um aluguel mensal no valor de R\$ 500.

À época dos fatos, o contrato entre as partes determinou que a loja deveria construir o telhado colonial de alvenaria, em abril de 2012, terminando as obras em junho.

A forma de pagamento acordada foi uma entrada no valor de R\$ 30 mil e, após o término, a quantia de R\$ 20 mil, totalizando R\$ 50 mil. A condenação em danos materiais, portanto, foi em função do pagamento da entrada já feito pela moradora.

Para o relator do processo, desembargador Arthur José Neiva de Almeida, o Código de Defesa do Consumidor afirma que cabe ao prestador do serviço trazer provas dentro do processo. E, assim como em primeiro grau, quando não trouxe provas, a loja não trouxe novos elementos na apelação impetrada em segundo grau.

Em relação aos danos morais, o relator destacou que a situação vivenciada pela autora do processo em razão da má prestação do serviço e os inúmeros aborrecimentos e transtornos dela decorrentes, dá ensejo ao pagamento de indenização por danos morais, mantendo a condenação em R\$ 10 mil.

Homem é condenado a indenizar ex-amante após divulgar intimidade e ameaçar a mulher

Para acessar a matéria, clique no link abaixo:

<http://www.radiojustica.jus.br/radiojustica/noticia!visualizarNoticia.action?menuSistema=mn331&entity.id=361521>